

Secretaria de Estado da Casa Militar

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA MILITAR
Extrato do Primeiro Termo de Aditivo ao Contrato nº 14/2024-SECAMI
PROCESSO nº 202400005022809;
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA MILITAR, CNPJ 37.261.757/0001-49;
CONTRATADA: SEGUROS SURA S/A, CNPJ 33.065.699/0001-27;
OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a **prorrogação da vigência do Contrato nº 14/2024-SECAMI**, por mais 12 (doze) meses, com fundamento no artigo 107 da Lei 14.133/21, conforme previsto na Cláusula Sexta (Da Vigência do Contrato), Parágrafo Único, do contrato originário, **bem como a supressão de 2 (dois) veículos** que deixaram de fazer parte da frota, que corresponde a 25%, com previsão na Cláusula Décima Terceira, Parágrafo Primeiro.
Vigência: 14/08/2025 à 14/08/2026.
Luiz Carlos de Alencar - Coronel PM
Secretário-Chefe da Casa Militar

Protocolo 557792

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA MILITAR
Extrato do Terceiro Termo de Aditivo ao Contrato nº 14/2022-SECAMI
PROCESSO SEI nº 202100015002295;
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA MILITAR, CNPJ 37.261.757/0001-49;
CONTRATADA: SISTEC - SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO LTDA, CNPJ 26.406.663/0001-02;
OBJETO: prorrogação da vigência do Contrato nº 14/2022-SECAMI, por mais 12 (doze) meses, com fundamento no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, e, em conformidade com a Cláusula Segunda (Da Vigência) do ajuste originário. fica resguardado o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, tendo em vista que ainda não foi possível à contratante e à contratada proceder os cálculos devidos, nos termos da Cláusula Sexta (Do Reajuste) do contrato original.
VIGÊNCIA: compreendidos entre 03/09/2025 ao dia 02/09/2026;
VALOR TOTAL: R\$ 431.697,84 (quatrocentos e trinta e um mil, seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos);
Luiz Carlos de Alencar - Coronel PM
Secretário-Chefe da Casa Militar

Protocolo 557952

Vice Governadoria

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2025- VICEGOV			
1. Processo nº	202500005021638 - Contratação Sislog 115354		
2. Referência	Dispensa de Licitação, artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21.		
3. Identificação	Contrato nº 08/2025-VICEGOV		
4. Objeto	Contratação de empresa especializada no fornecimento de bens permanentes destinados à estruturação e ao bom funcionamento da copa da Vice-Governadoria Do Estado De Goiás.		
5. Valor do Contrato	R\$ 6.369,00 (seis mil trezentos e sessenta e nove reais).		
6. Partes	CNPJ	Contratante	01.409.580/0002-19
		Contratada	45.282.447/0001-39
	Nome/ Razão Social	Contratante	Vice-Governadoria do Estado de Goiás.
		Contratada	VIC DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA.

7. Vigência	O prazo de vigência deste contrato é de 06 (seis) meses, contados imediatamente a partir da publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
8. Dotação Orçamentária/ Fonte de Recursos/ Empenho Naturezas de Despesas	2025.1301.04.122.4200.4243.04 100 2025.1301.007.00003 2025.1301.007.00004 4.4.90.52.14 4.4.90.52.22
9. Data da assinatura	12 de agosto de 2025.
10. Sujeição à Legislação Vigente	Lei nº 14.133/21

Protocolo 557790

Secretaria de Estado da Administração

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO Nº 1511/2025 - SEAD
Assunto: Instauração de Processo Administrativo Disciplinar.
Referência: Processo nº 202500005027136.
Rito: Ordinário.
Acusada: C.M.S.C.
Síntese do Fato:
A tipificação da infração disciplinar atribuída à servidora tem como fundamento a denúncia constante no Relatório de Análise de Desempenho emitido pela Superintendência de Gestão do Atendimento ao Cidadão (cópia documento SEI nº 77867571). Conforme o referido relatório, no exercício de suas funções na mencionada unidade do Vapt Vupt, a servidora teria, em 24 de junho de 2025, registrado frequência de entrada e saída para o servidor M. F. A. S., conduzida esta devidamente documentada nos autos do Processo SEI nº 202500005026500.
Transgressões disciplinares:
Lei estadual nº 20.756, de 2020 , artigo 202, inciso: LVI - fraudar o próprio registro de frequência ou o de outrem -, cuja penalidade aplicável é a suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão.
Autoridade Instauradora: Jorge Luiz Ramos Caiado Júnior - Chefe de Gabinete da SEAD.
Data da Portaria: 12 de agosto de 2025.

Protocolo 557763

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 204/2024 - SEAD/GECC
A Secretaria de Estado da Administração, através de sua GERÊNCIA DE COMPRAS CENTRALIZADAS, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação através do site: <https://sislog.go.gov.br/> por intermédio da Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Portaria de Contratação, documento nº 232778/2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, do Decreto Estadual nº 10.247 de 30 de Março de 2023, e outras normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, visando:
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de avisos de editais de licitações e de outras matérias em jornal de grande circulação no Estado de Goiás, inclusive na internet, pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento aos órgãos e às entidades do Poder Executivo.
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP
Critério de julgamento: Menor preço por item
Cadastramento das Propostas: A partir das 08h 00min do dia 14/08/2025 até às 09h 00min do dia 02/09/2025 (horário de Brasília-DF).
Sessão Pública Eletrônica: 09h 00min (horário de Brasília-DF) do dia 02/09/2025
Benefícios ME/EPP: Será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais dispositivos legais aplicáveis.
Edital e anexos: Sislog (<https://www.sislog.go.gov.br/>) e PNCP (<https://pncp.gov.br/app/editais>)



Valor Estimado da Contratação: R\$ 408.866,24 (Quatrocentos e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos)
Contratação Sislog: 109229
Contratação SEI/GO: 202400005033365
Informações: Gerência de Compras Centralizadas (62 3201-8767)
Marília Antonia de Medeiros Ribeiro
Pregoeira

Protocolo 557951

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI

EXTRATO DA PORTARIA DE GESTOR Nº 339/2025 - SECTI
Designação de Gestor do Contato nº 39/2022, Processos 202114304000768, 202314304002042 e 202414304002042, referente ao ajuste firmado com a empresa ERPRO ENGENHARIA EIRELI - ME, inscrita sob o CNPJ nº 32.079.603/0001-17, que, tem como objeto a prestação de serviço especializado de elaboração, sob demanda, de projetos de engenharia para obras e serviços diversos a serem executados nas unidades administrativas sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação; Gestor: YUNINNI TERENA BARBOSA NOLETO BARROS, CPF nº ***.674.451-**, Substituto: NADYA DE SÁ ALMEIDA COSTA SILVA, portador do CPF nº ***.746.981-** e Fiscais: GUILHERME FREIRE ALMEIDA, portador do CPF nº ***.560.661-**, e NADYA DE SÁ ALMEIDA COSTA SILVA, portador do CPF nº ***.746.981-**, Vigência: A partir de sua publicação; Revoga-se a Portaria nº 102/2024; Fundamento: Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e artigos 51 a 54 da Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012.

Protocolo 557680

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

PORTARIA Nº 435, de 8 de agosto de 2025

Institui Grupo de Trabalho - GT composto por membros da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, com o objetivo de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com a empresa Ouro Verde, gestora do empreendimento denominado Aterro Ouro verde, localizado em Padre Bernardo, bem como promover as análises dos documentos e ações realizadas para garantir o cumprimento do referido TAC.

A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO INTEGRADA DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, c/c a Portaria nº 14, de 10 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 24.447, e ainda:

Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos contratos firmados pela SEMAD, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expresso no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, resolve:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho - GT, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Goiás (SEMAD), com o objetivo de acompanhar o cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta referente ao acidente ambiental ocorrido no Aterro Ouro Verde, localizado em Padre Bernardo, Goiás.

Art. 2º O GT será composto pelos seguintes membros:

I - SAYRO GEANE, inscrito no CPF nº ***.548.491-**, Gerente de Gestão e Prevenção de Incêndios e Acidentes Ambientais - GEGIA; Coordenador;
II - MARCELO MARTINES SALES, inscrito no CPF nº ***.672.711-**, Superintendente de Fiscalização e Controle Ambiental - SUF;

Coordenador Suplente;
III - IALDO ORAQUE DE QUEIROZ, inscrito no CPF nº ***.659.381-**, Superintendente de Licenciamento Ambiental - SLA;

IV - ALEXANDRE MARQUEZ BITTENCOURT, inscrito no CPF nº ***.858.551-**, Chefe de Comunicação Setorial - COMSET;
V - ERNANDO SOARES ARAÚJO, inscrito no CPF nº ***.602.401-**, Chefe do Centro de Análises Ambientais e Laboratoriais - CEAMB;

VI - RODRIGO PINHEIRO BASTOS, inscrito no CPF nº ***.801.281-**, Gerente de Fiscalização Ambiental e Inteligência - GEPOS;
VII - AMANDHA FERREIRA DE REZENDE, inscrita no CPF nº ***.495.091-**, Analista Ambiental;

VIII - MARCELO BERNARDI VALERIUS, inscrito no CPF nº ***.553.441-**, Analista Ambiental;
IX - CARLOS EDUARDO MATIAS LEMES, inscrito no CPF nº ***.861.771-**, Analista Ambiental;

X - RENATA MACHADO LIMA, inscrita no CPF nº ***.679.071-**, Analista Ambiental;
XI - ÉRICA PIAUÍ ALVES DE MIRANDA, inscrita no CPF nº ***.048.369-**, Analista Ambiental;

XII - ADJANE DAMASCENO DE OLIVEIRA, inscrita no CPF nº ***.774.517-**, Analista Ambiental.

§ 1º O coordenador do GT será responsável pela organização dos trabalhos, incluindo a sistematização das informações recebidas, das decisões tomadas pelo grupo, a gestão dos documentos recebidos e enviados, a comunicação com a empresa e a definição, entre os membros do GT, do relator responsável, quando necessária a avaliação ou análise de documentos, projetos e estudos.

§ 2º A definição de relatoria deve ser feita considerando a aptidão de cada membro constituinte do GT, devendo-se evitar que um mesmo membro acumule relatorias de forma simultânea.

§ 3º O relator, para execução do seu trabalho, contará com o apoio dos demais constituintes do GT.

§ 4º O GT poderá propor convite a representantes de outros órgãos, especialistas na matéria ou representantes da sociedade civil para discussão nas reuniões do grupo.

Art. 3º Compete ao GT, para a consecução dos objetivos propostos neste ato:

I - analisar os documentos e relatórios recebidos da empresa executora dos serviços previstos no TAC, conforme orientação do coordenador e o disposto neste instrumento;

II - acompanhar a implementação de medidas de mitigação e reparação dos danos ambientais descritos no TAC assinado junto à SEMAD;

III - solicitar documentações, informações e relatórios complementares quando necessário;

IV - elaborar relatório de acompanhamento das ações desenvolvidas pelo GT e pela empresa executora.

Parágrafo Único. A comunicação do GT com a empresa executora do TAC deverá ser realizada por meio do Coordenador do GT, ressalvadas situações de urgência, e devidamente relatada aos demais membros do GT com o menor lapso temporal possível.

Art. 4º A SEMAD será responsável por prestar apoio administrativo ao Grupo de Trabalho mencionado neste ato.

Art. 5º O GT se reunirá de forma presencial ou por videoconferência, sempre que for convocado por seu coordenador ou por solicitação de dois terços dos membros.

Art. 6º A participação de cada membro do GT será considerada prestação de serviço público relevante, mas não remunerada.

Art. 7º As decisões relacionadas ao GT serão tomadas por maioria simples de votos.

§ 1º Em caso de empate nas deliberações do GT, caberá ao coordenador, em decisão conjunta, definir o resultado da votação.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DANIELLE MARTINS DA COSTA
Superintendente de Gestão Integrada
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Portaria nº 14, de 10 de janeiro de 2025

Protocolo 557937